

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.965 - SP (2014/0321360-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : BANCO PONTUAL S/A - MASSA FALIDA
ADVOGADOS : ALEXANDRE JAMAL BATISTA E OUTRO(S) - SP138060
ADRIANO JAMAL BATISTA E OUTRO(S) - SP182357
EMBARGADO : GERALDO CABRAL ROLA
EMBARGADO : GERALDO CABRAL ROLA FILHO
ADVOGADO : MARIA LÚCIA DE MENEZES NEIVA E OUTRO(S) - SP107908
INTERES. : MOSSORÓ AGRO INDUSTRIAL S/A

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por BANCO PONTUAL S.A. - MASSA FALIDA contra decisão que deu parcial provimento ao recurso especial interposto por Geraldo Cabral Rola e Geraldo Cabral Rola Filho.

O embargante sustenta contradição no julgado.

Menciona que

"(...) Conforme já se disse, a empresa em Recuperação Judicial é a empresa EIT – Empresa Industrial Técnica S/A a qual a Embargante postulou a penhora de ações de propriedade do Sr. Geraldo Cabral Rola, portanto, não faz parte da relação processual sub judice" (fl. 681 e-STJ).

Aduz, por fim, que

"(...) Com efeito, esta r. decisão monocrática é contraditória, na medida em que, ora autoriza a perseguição do crédito judicialmente em face dos co-obrigados ou garantes que são sócios de empresa em Recuperação de Judicial que não integra este processo e, ao mesmo tempo, suspendeu a ação principal em decorrência da referida Recuperação Judicial de empresa estranha a relação processual" (fl. 682 e-STJ).

Não houve impugnação (certidão de fl. 686 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece ser acolhida apenas para fins de esclarecimentos.

Trata-se, na origem, de uma ação de cobrança proposta pelo Banco Pontual em detrimento dos ora agravados Geraldo Cabral Rola e Geraldo Cabral Rola Filho, referente a um contrato de abertura de conta corrente.

A ação foi julgada parcialmente procedente condenando os ora agravados a pagarem a quantia de R\$ 2.788.278,95 (dois milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

Na execução, em virtude da ausência de outros bens passíveis de penhora,

ocorreu a penhora das ações da empresa EIT - Empresa Industrial Técnica Ltda, que pertencem aos agravados. A empresa, no entanto, entrou em processo de recuperação judicial, sendo que os agravados interpuseram o agravo de instrumento de fls. 2/15 e-STJ no intuito de obstar a referida penhora.

Conforme se observa no acórdão recorrido, a Corte de origem concluiu pela possibilidade da penhora das ações da empresa EIT (em recuperação judicial), sob o fundamento de que o prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias para o cumprimento da recuperação judicial havia se esgotado. Vejamos:

"(...) Tamanha a preocupação do legislador a respeito de ser improrrogável o prazo referido que ele cuidou de fazer constar do dispositivo invocado que a suspensão cessa de pleno direito atingido o termo final, independentemente de qualquer pronunciamento judicial a respeito. Consequentemente, o fato de o plano perdurar por mais de cento e oitenta dias não permite que a suspensão das ações e execuções contra a beneficiária da recuperação judicial seja prorrogado pelo mesmo prazo" (fl. 521 e-STJ).

No recurso especial de fls. 526/545 e-STJ, os ora agravados Geraldo Cabral Rola e Geraldo Cabral Rola Filho pleitearam a vedação a qualquer ato de constrição no tocante às ações da empresa EIT (em recuperação judicial), da qual são sócios. Além disso, aduziram pela prorrogação do prazo de suspensão de 180 (cento e oitenta) dias.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, em seu parecer, opinou pelo provimento parcial do recurso a fim de prorrogar o prazo acima mencionado, conforme se observa do seguinte trecho:

"(...) Ato contínuo, tem-se que o mero transcurso do prazo de cento e oitenta dias, previsto no artigo 6º, §4º, da Lei n.º 11.101/2005, não justifica, de per si, o prosseguimento de ações individuais, uma vez que, ressalvada hipótese em que o atraso possa ser atribuído à própria recuperanda, tal medida ofenderia o princípio da preservação da sociedade empresária. A título de exemplo, a lição está estampada no julgado abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS CONSTRITIVAS IMPOSTAS AO PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DO DECURSO DO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PREVISTO NO ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. ART. 49, § 3º, DA LEI N. 11.101/2005. BENS ESSENCIAIS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICO-PRODUTIVAS. PERMANÊNCIA COM A EMPRESA RECUPERANDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A despeito de o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05 assegurar o direito de os credores prosseguirem

com seus pleitos individuais passado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, a jurisprudência desta Corte tem mitigado sua aplicação, tendo em vista tal determinação se mostrar de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 143802/SP, relator o Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Seção, DJe 19.4.2016)" (fl. 665 e-STJ).

A decisão ora embargada (fls. 668/672 e-STJ), aplicando a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, deu parcial provimento ao recurso especial e possibilitou prorrogar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias referente à recuperação judicial da empresa EIT. No caso, portanto, o provimento recursal tão somente impossibilita a penhora das ações da empresa EIT enquanto perdurar a recuperação judicial. Importa ressaltar que esse foi um dos pedidos trazidos no agravo de instrumento (fl. 14 e-STJ) e que originou o presente recurso especial.

Assim, não há qualquer contradição na decisão embargada, ficando, desde já, a advertência que, caso haja reiteração de embargos protelatórios, será aplicada a multa prevista no artigo 1.026 do Código de Processo Civil de 2015.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, apenas a título de esclarecimentos.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator